

Masculinidade negra, paternidade e afetividade na literatura infantil:***O menino Nito*, de Sonia Rosa**

*Black masculinity, paternity and affectivity in children's literature: O menino Nito, by
Sonia Rosa*

Yago Jose Eloi do Nascimento*

Luciana de Mesquita Silva**

Resumo

Neste artigo, discutimos a literatura infantil e sua relação com questões étnico-raciais. De início, tratamos de particularidades relativas à vertente literária voltada para o pequeno leitor, destacando aspectos como a construção de personagens negros, e apresentamos algumas características do campo de literatura afro-brasileira ou negro-brasileira. Em seguida, trazemos uma seção sobre masculinidade negra, paternidade e afetividade. Por fim, analisamos a obra *O menino Nito*, da escritora Sonia Rosa, a partir de seus personagens masculinos, com o objetivo de verificar de que modo são elaboradas as temáticas da masculinidade negra e da paternidade responsável e afetiva.

Palavras-chave

Literatura infantil afro-brasileira. *O menino Nito*. Masculinidade negra. Paternidade. Afetividade.

Abstract

In this article, we discuss children's literature and its relationship to ethnic-racial issues. At first, we deal with particularities related to the literary branch aimed at the little reader, highlighting aspects such as the construction of black characters. We also present some characteristics of Afro-Brazilian or Black Brazilian literary field. Then, we bring a section on black masculinity, fatherhood and affectivity. Finally, we analyze the book *O menino Nito*, by the female writer Sonia Rosa, based on its male characters, in order to verify how the themes of black masculinity and responsible affectionate paternity are elaborated.

Keywords

Afro-Brazilian children's literature. *O menino Nito*. Black masculinity. Paternity. Affectivity.

* Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ).

** Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ).

Introdução

Nos últimos anos, o mercado editorial brasileiro vem demonstrando um crescimento de vendas no segmento de literatura infantil. Uma pesquisa intitulada “Produção e vendas do setor editorial brasileiro”, realizada pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, em 2018, mostrou que a literatura infantil está situada entre as seis vertentes com o maior número de livros vendidos no país. Esses dados nos fazem perceber a importância da existência de livros destinados aos pequenos leitores nos catálogos das editoras e refletem, de certa forma, uma preocupação, seja dos pais, ou das escolas (através de diretrizes como as da Política Nacional do Livro, instituídas pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003¹), em apresentar à criança o universo literário.

Nesse contexto, precisamos problematizar qual tipo de literatura tem sido produzida em um país tão diversificado como o Brasil, já que, quando tratamos desse campo de expressão artístico-cultural, entendemos que ele possui uma função social (CANDIDO, 1967) e, quando consideramos particularmente a literatura infantil, estamos abrangendo não só a questão da leitura, mas também uma potencial fonte de influência na construção de identidade do seu público-alvo (BARREIROS, 2010). Diante desse cenário, no presente artigo, trazemos inicialmente uma discussão sobre o campo de literatura infantil, com destaque para as relações étnico-raciais. Em segundo lugar, abordamos alguns pontos sobre a masculinidade negra, especialmente no que diz respeito à paternidade e à afetividade. Por fim, fazemos uma análise do livro *O menino Nito*, de Sonia Rosa, publicado originalmente em 1995 e relançado em 2002, que propõe em sua temática questões que precisam ser cada vez mais pensadas dentro da nossa sociedade, tais como a representatividade negra nos livros infantis, o desenvolvimento de laços afetivos e ancestrais das famílias negras e a paternidade negra como uma marca relevante na construção do enredo de uma obra literária.

Nossas inquietações referentes a abordagens de narrativas afrodiaspóricas na literatura infantil se relacionam com o fato de sermos pesquisadores negros (orientando em conjunto com sua orientadora) que trabalham com estudos literários

¹ A Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, propõe diretrizes gerais a respeito do acesso que todo cidadão brasileiro deve ter aos livros entre as quais estão promover projetos de incentivo à leitura em escolas públicas ou privadas, incentivar a manutenção e a criação de bibliotecas públicas e assegurar os direitos de autores e editoras, oferecendo condições aos mesmos para que a lei possa ser cumprida. (BRASIL, 2003)

no âmbito do Mestrado em Relações Étnico-Raciais (Cefet/RJ). Este artigo se constitui como um desdobramento da dissertação que vem sendo desenvolvida no contexto do referido programa de pós-graduação desde agosto de 2019.

Literatura infantil e questões étnico-raciais

O campo dos estudos literários é constituído por disputas de poder, principalmente se levarmos em consideração o que pode e o que não pode ser visto como literatura ao longo do tempo (LAJOLO, 2001). Nesse ponto, a literatura infantil sempre esteve em meio a discussões sobre ser vista ou não como um gênero literário, sendo tratada muitas vezes como uma vertente menor da literatura (CUNHA, 1995). Porém, o crescimento desse segmento no mercado editorial, conforme mencionamos anteriormente, vem nos mostrando que ele não pode ser ignorado ou preterido.

Historicamente, no século XIX e durante todo o século XX, a infância passa a ser percebida com maior cuidado e atenção, principalmente devido à ampliação do processo educacional e à mudança da concepção de família, que passa a ser “centrada não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo unicelular preocupado em manter suas relações de privacidade (impedindo a intervenção dos parentes em seus negócios internos) e estimular afeto entre seus membros” (ZILBERMAN, 1985, p. 13). Esse movimento fez com que escritores começassem a buscar um tipo de linguagem adequada à criança, pois ao longo desse processo o pequeno leitor foi ganhando importância e, para isso, precisaria de um texto próprio para a sua fase de vida.

Sendo assim, desde o movimento iniciado em 1697 com a publicação de *Histoires ou Contes du Temps Passé*, de Charles Perrault (LAJOLO, 1984), o processo de disputas teóricas a respeito da literatura infantil vem caminhando junto com as transformações políticas e sociais sobre a infância ao passo que a literatura vai se tornando parte importante do processo de entendimento das culturas e das sociedades modernas, principalmente dentro da historiografia.

Outro fator relevante a ser considerado no âmbito da literatura infantil estaria relacionado ao papel da ilustração. As imagens podem ajudar de maneira significativa na construção de sentidos e essa é uma característica fundamental da literatura infantil e que a diferencia de todas as outras vertentes, o que nos leva a pensar que analisar a literatura infantil pressupõe considerar o texto verbal em conjunto com o texto não-verbal:

Se a literatura infantil se destina a crianças e se se acredita na qualidade dos desenhos como elemento a mais para reforçar a história e a atração que o livro pode exercer sobre os pequenos leitores, fica patente a importância da ilustração nas obras a eles dirigidas. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2011, p. 12)

Se há uma necessidade de pensar no tipo de literatura infantil que vem sendo produzida no país, não podemos também deixar de observar a realidade do pequeno leitor para o qual o livro é destinado. O Brasil começa sua produção literária infantil no início do século XX, no momento em que busca uma redefinição política enquanto nação, já que havia se tornado uma república em 1889. Em um curto intervalo de tempo (1889-1921), entre a Proclamação da República e a publicação de *A menina do narizinho arrebitado* (1921), de Monteiro Lobato, considerado um marco inicial da literatura infantil no país, temos um cenário literário que irá caminhar ao lado dos processos de modernização social e urbana aos quais o país estava submetido. Na visão de Gusmão-Garcia e Facincani (2007),

a partir do século XX, a literatura infantil se consolida e está comprometida com a tarefa de contribuir para formar no aluno o futuro cidadão e o indivíduo de bons sentimentos. Merecem destaque a obra *Contos pátrios* (1904) de Olavo Bilac e Coelho Neto, a narrativa longa *Através do Brasil* (1910) de Olavo Bilac e Manuel Bonfim e *Saudade* (1919) de Tales de Andrade, além dos livros de Monteiro Lobato, entre outros. (GUSMÃO-GARCIA; FACINCANI, 2007, p. 3)

Nesse período histórico, tanto na produção literária para leitores adultos quanto naquela dirigida para crianças, verifica-se uma circulação de discursos que incluíam símbolos da experiência da já mencionada modernização do país, modernização essa que não discutia a questão racial, fazendo com que o negro fosse ausente ou tivesse uma representatividade negativa, visto que sua condição enquanto cidadão ainda estava atrelada ao sistema escravocrata, que representaria um atraso para o projeto modernizante conduzido pela elite política e intelectual letrada da época. De acordo com Gouvêa (2005),

Essa ausência do negro nas cenas sociais descritas no período remete à sua marginalização após a abolição. O apagamento do negro nos textos da época reflete uma mentalidade dominante voltada para os ideais de progresso e civilização. Procuravam-se eliminar os antigos hábitos urbanos, assim como afastar dos grandes centros os grupos populares, concebidos como focos de agitação e resistência à nova ordem social. (GOUVÊA, 2005, p. 84)

É interessante ressaltar que um dos personagens negros da literatura infantil mais conhecido do cânone literário nacional foi criado nesse momento histórico.

Monteiro Lobato, no livro *O Saci* (1921), caracteriza o personagem-título como diabólico, perverso, irônico, travesso e possuidor de um espírito zombeteiro. Se a presença de um personagem negro já era rara no contexto das produções literárias voltadas para o público infantil, quando ele aparecia, como no caso do Saci, era descrito como alguém incompatível com bons valores éticos e morais pensados para a sociedade brasileira naquele período.

Ao mesmo tempo em que observamos a construção de personagens negros estereotipados negativamente, percebemos uma predominância do padrão estético europeu de moças, príncipes, fadas, animais e reinos na literatura infantil. Nesse cenário, os personagens costumam ser apresentados com traços estéticos e fenotípicos brancos e, conseqüentemente, acabam colocando em uma posição privilegiada as crianças brancas, que podem se ver representadas nos textos-imagens. Como essas mesmas crianças crescem com os padrões de bom e belo com os quais geralmente se deparam nos livros infantis, elas têm a possibilidade de construir sua autoestima de maneira muito mais positiva frente a uma criança negra, por exemplo, que pode até rejeitar a cultura de matriz africana, caso a mesma não lhe seja apresentada como algo que deve ser valorizado, havendo também uma tendência ao embranquecimento do pequeno leitor negro.

A representação de personagens negros de maneira subalternizada ou sua ausência na literatura infantil é algo que historicamente atravessa a realidade dos pequenos leitores brasileiros, mesmo que esteja havendo um movimento de lutas contra esse paradigma. Um exemplo desse movimento está atrelado à aprovação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas da rede de ensino fundamental e médio. Desse modo, torna-se necessária a elaboração de um mapa de presenças evidenciando o protagonismo negro nas narrativas como forma de fortalecer a autoestima das crianças negras e libertá-las do estigma negativo, pois “reconhecer-se em uma representação artística, ou reconhecer o outro dentro dela, faz parte de um processo de legitimação de identidades, ainda que elas sejam múltiplas” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 87).

A importância de buscar resgatar na literatura infantil os valores estéticos e afetivos através da construção de personagens negros acaba sendo um fator preponderante de combate ao racismo no Brasil. Segundo o sociólogo Oracy Nogueira (2007), algumas peculiaridades tornam distintos os modos de operação do racismo,

os quais podem ser classificados como preconceito de origem (quando o discriminado pertence a um grupo étnico por ascendência) ou de marca (quando é baseado na cor da pele e na aparência física do indivíduo). Para Nogueira, no Brasil o racismo opera através do preconceito de marca, ou seja, pela aparência física, o que conduz ao fato de que, ainda durante a infância, as crianças negras sejam apelidadas pejorativamente devido à cor de sua pele e a seus traços fenotípicos:

Meninos pretos são jocosamente chamados de “negrinho”, “urubu”, “anu” etc., quer por seus próprios companheiros de brinquedos, quer por outras crianças e adultos. Ouvem, frequentemente, o gracejo de que “negro não é gente” e outros comparáveis. Em todas essas situações, sob o poder de sugestão da hilaridade, incute-se, sub-repticiamente, no espírito tanto das crianças brancas como das de cor, a noção de “inferioridade” do negro ou de indesejabilidade dos traços negróides, embora a própria pessoa que faça a brincadeira não tenha consciência do efeito para o qual esteja contribuindo e, portanto, seja, neste sentido, inconsciente, sua atuação. (NOGUEIRA, 2007, p. 296)

Atualmente, além de continuar havendo uma reprodução de tais estereótipos negativos em relação aos sujeitos negros, desde sua infância, existe uma notável ausência de personagens na literatura que contribuam para uma representação dessa grande parcela da população brasileira. É o que exemplifica uma pesquisa feita por Regina Dalcastagnè, que analisou os romances publicados entre 1990 e 2004 por três grandes editoras brasileiras – Companhia das Letras, Record e Rocco: “A pequena presença de negros e negras entre as personagens sugere uma ausência temática na narrativa brasileira contemporânea, que o contato com as obras, dentro e fora do corpus, contos e romances confirma: racismo” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 175).

Em contraposição a esse cenário de ausências na literatura hegemônica, publicada pelo grande mercado editorial, há uma histórica produção literária no Brasil em que os negros vêm protagonizando suas escritas e questionando esse paradigma de silenciamento e invisibilidade. Desde Maria Firmina dos Reis (1822-1917), passando por Luiz Gama (1830-1882), Lima Barreto (1881-1922), Solano Trindade (1908-1974) e chegando até os dias de hoje com nomes como Conceição Evaristo, Miriam Alves e Cristiane Sobral, temos criado e/ou (re)contado nossas histórias por meio da literatura, não aceitando de maneira passiva as políticas de epistemicídio²

² Segundo Aparecida Sueli Carneiro (2005), “o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo

editorial. Escritores como os citados têm afirmado, há muito tempo, a existência de um corpus específico no contexto da literatura brasileira. Segundo Conceição Evaristo (2009), “esse *corpus* se constituiria como uma produção escrita marcada por uma subjetividade construída, experimentada, vivenciada a partir da condição de homens negros e de mulheres negras na sociedade brasileira” (EVARISTO, 2009, p. 17). Essas produções elaboradas por autorias negras estão vinculadas ao campo da chamada literatura afro-brasileira ou negro-brasileira. O debate sobre a existência ou não dessa vertente literária ainda é algo em curso nas academias, na medida em que há aqueles que acreditam que ela não exista e outros que defendem sua legitimidade. Na visão do pesquisador Eduardo de Assis Duarte, características como “temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público” (DUARTE, 2010, p. 135) tornam a literatura afro-brasileira diferente de todas as outras.

Por um lado, Duarte e outros intelectuais utilizam o termo “literatura afro-brasileira” por considerarem sua significação mais “elástica” e produtiva: ele abarca uma grande diversidade biográfica e fenotípica, incluindo tanto autores que assumem explicitamente sua subjetividade étnico-racial (como Luiz Gama e Lima Barreto) quanto aqueles que não evidenciam seu lugar de enunciação (como Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis). Por outro lado, há aqueles que criticam o uso do referido vocábulo, já que o termo “afro”, por vir de “África”, representaria de certo modo a África como uma coisa só, o que é um engano. Além disso, essa associação, de certa forma, englobaria a experiência da escrita afro-brasileira como conectada ao universo da literatura africana, o que também não é verdade, visto que as narrativas em questão se referem essencialmente ao cotidiano brasileiro e às vivências negras no Brasil, sendo, portanto, algo muito particular. Por esses motivos, intelectuais como Cuti preferem o uso do termo “literatura negro-brasileira”, pois “ela nasce na e da população negra que se formou fora da África, e de sua experiência no Brasil” (CUTI, 2010, p. 44).

Independentemente do vocábulo utilizado para referência ao campo literário em questão, é importante ressaltar que ter uma literatura reconhecida dentro dos sistemas de poder demanda um longo processo de lutas, algo que vem sendo construído no decorrer de alguns anos pela comunidade negra. Dentre os vários aspectos que englobam o uso das duas terminologias, uma delas está relacionada à autoria. A

comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

literatura afro-brasileira ou negro-brasileira é uma literatura de autoria negra, a partir da qual se busca escrever sobre vivências de sujeitos negros e questões relativas à sua cor e à sua cultura de maneira assumida (LOBO, 2007). Dentro desse campo literário, com relação à vertente da literatura infantil, optamos por nos embasar na proposta da pesquisadora Eliane Debus, segundo a qual:

No que diz respeito à produção literária para infância e para juventude, essa discussão ainda é novidadeira, mas posso dizer que os títulos que circulam atualmente no mercado editorial brasileiro estão divididos em três grandes categorias: 1) literatura que tematiza a cultura africana e afro-brasileira; 2) literatura afro-brasileira; e 3) literaturas africanas. (DEBUS, 2017, p. 25-26)

Portanto, partindo desse pensamento, *O menino Nito*, que será abordado posteriormente no presente artigo, enquadra-se no que podemos chamar de uma literatura infantil afro-brasileira. Apesar de não haver na referida obra qualquer elemento que aponte para a cor da pele do personagem-título, a ilustração se constitui como um aspecto importantíssimo para a construção de sentidos e para identificar a presença da temática afro-brasileira. Tal temática envolve não apenas Nito, mas também outros personagens como o seu pai, a sua mãe e o doutor Aymoré, que seria uma espécie de curandeiro local. Nesse sentido, antes de trazermos uma análise do livro de Sonia Rosa, com foco em questões de paternidade e afetividade, faz-se necessária uma discussão sobre algumas especificidades relativas à masculinidade negra.

Masculinidade negra e sua relação com questões de paternidade e afetividade

Em relação à cultura africana em contextos de diáspora, especificamente no que diz respeito à produção literária no Brasil, interessa-nos levantar o seguinte questionamento: quem é o personagem masculino negro na literatura brasileira e quais são os referenciais apresentados a respeito dele na literatura infanto-juvenil? Dar conta de tal procedimento – mapear todos os personagens negros na literatura brasileira – não seria possível no presente artigo, porém, como já vimos na seção anterior, a ausência de personagens negros na literatura brasileira hegemônica é um fato e construir hoje novas perspectivas a respeito do povo negro nesse contexto se faz necessário.

Historicamente, as ideias que fundamentaram a construção da nação brasileira no período pós-abolição eram carregadas de racismo seja em políticas públicas ou em outros campos como a literatura. Quando os personagens masculinos negros apareciam em alguma narrativa, costumavam ser menosprezados por suas características físicas, além de serem considerados como inferiores intelectualmente. É o caso, por exemplo, de Pai Benedito, que está presente no livro *O tronco do ipê* (1962), de José de Alencar:

o personagem Pai Benedito é construído como alguém possuidor de uma anomalia linguística. Dotado apenas de uma linguagem gutural, se expressa por meios-terros, e ao tentar se comunicar em português, isto é, ao usar a linguagem do colonizador, se perde na colocação dos pronomes feito criança. (EVARISTO, 2009, p. 22)

A figura de um homem incapaz de se expressar linguisticamente serve para ilustrar como a literatura hegemônica brasileira vem representando o homem negro no conjunto de suas obras. Esse quadro contrasta, por exemplo, com a poética político-social e engajada em questões étnico-raciais de Solano Trindade que, no livro *Cantares ao meu povo* (1961), traz o poema “Navio Negroiro”:

Lá vem o navio negreiro
Cheio de melancolia
Lá vem o navio negreiro
Cheinho de poesia...

Lá vem o navio negreiro
Com carga de resistência
Lá vem o navio negreiro
Cheinho de inteligência
(TRINDADE, 1961, p. 44)

O poema de Trindade nos mostra, a partir de termos como “resistência” e “inteligência”, que nem sempre o negro é retratado de maneira subalternizada. Porém, em nossa sociedade, há uma tendência a colocá-lo em processo de apagamento tanto nos textos, quanto em relação aos autores, principalmente se observarmos, por exemplo, que o escritor branco José de Alencar tem sua obra adotada nas bibliografias de concursos ou nos currículos escolares enquanto Solano Trindade é pouco lembrado como grande escritor pós-moderno que foi. A recuperação da imagem do negro na literatura feita por Trindade é um dos caminhos, portanto, para desconstruir o racismo e recuperar o aspecto protagonista do negro na literatura.

É necessário atentarmos para o fato de que essa falta de representatividade na literatura trouxe uma série de consequências na construção social desse homem negro, que terá sua identidade forjada pelo sistema patriarcal e capitalista branco. Algo que começa ainda no período colonial, a partir do momento em que ele é retirado do continente africano, com o advento da escravidão, que o descaracteriza em sua humanidade e o objetifica de maneira animalesca e que mudará a forma como esse homem passará a se enxergar ao chegar no continente americano, tendo que se estabelecer dentro de relações que o inferiorizavam (HOOKS, 2019). Na busca por ser reconhecido dentro de uma sociedade que o coloca à margem e o define por meio de estereótipos negativos, o homem negro construirá sua masculinidade através de valores que vigoram dentro dos espaços de poder, reproduzindo o machismo e considerando o falocentrismo como uma vantagem. Conforme aponta bell hooks, “com o surgimento de um falocentrismo selvagem, um homem não era mais um homem porque sustentava sua família: era um homem simplesmente porque tinha um pênis” (HOOKS, 2019, p.183).

No contexto social brasileiro, percebemos como a construção da imagem do homem negro se dá, por exemplo, no cancionista popular. É o caso da canção “Meu ébano”, de Nenéo e Paulinho Resende, interpretada pela cantora Alcione: “É, você é um negão de tirar o chapéu, não posso dar mole senão você crêu [...] Moleque levado, Sabor de pecado, Menino danado [...] A sensualidade da raça é um dom” (NENEO; REZENDE, 2005). Fica evidente nesse trecho o papel masculino negro sendo associado a um padrão de sensualidade como sendo algo pertinente à sua condição de existência, ou seja, como se toda sua essência se resumisse a uma beleza carnal ao mesmo tempo que pecaminosa. Ainda que “Meu ébano” seja recebida até hoje de maneira positiva pelo público em geral e que muitos homens negros aceitem receber o status de “negão de tirar o chapéu”, será que não devemos problematizar o fato de que se trata de um exemplo de canção sexista no âmbito de uma cultura racista e machista? O quanto talvez ela contribua para reforçar as características de uma cultura falocêntrica, na qual o homem busca dominar a mulher? Esse homem está sendo educado para a possibilidade de ser rejeitado por uma mulher, respeitando seu espaço, ou está sendo colocado em uma condição de superioridade ao passo que lhe seja permitido utilizar até mesmo de meios violentos para obter o seu objeto de desejo e prazer? E quão desafiador pode ser para a formação de uma masculinidade

alternativa, quando um homem negro não se encaixa dentro desse perfil e dessas expectativas? Segundo o sociólogo Deivison Mendes Faustino:

O homem negro deve ser “macho ao quadrado” em todas as situações exigidas, e só a partir desses atributos será reconhecido... a própria afirmação do subalterno não prescinde dos atributos oferecidos pelo opressor, a ausência ou a deficiência de algum elemento relacionado ao corpo terá consequências catastróficas para a identidade deste homem. (FAUSTINO, 2014, p. 91)

É preciso refletir sobre a questão do racismo como uma marca profunda nesse contexto social, pois esse recorte determina como o negro será percebido e como isso indiretamente irá forçá-lo a desenvolver-se dentro desse sistema que não considera suas dores, seus traumas e suas histórias. A teorização da dor do homem no desenvolvimento de sua masculinidade é cada vez mais importante, sendo necessário ressaltar que existe uma diferença entre a percepção da dor de um homem branco e a percepção da dor de um homem negro, o qual estará muito mais próximo de uma condição de subalternidade, de pobreza e de desestruturação familiar ainda que dentro de um sistema que o privilegia pelo simples fato de ser homem.

A construção colonial dessa masculinidade afetará não só o sujeito individualmente, mas também coletivamente, em todos os tipos de relações afetivas que desenvolver ao longo da vida seja como filho, como companheiro ou como pai. Olhando, por exemplo, para a realidade da paternidade no Brasil, existem diversos casos de pais que abandonam seus filhos, filhos esses que são cuidados pela avó ou pela mãe, o que é mais comum:

Segundo dados colhidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2015, o Brasil ganhou mais de 1 milhão de famílias compostas por mãe solo, em um período de dez anos. Só no Estado de São Paulo, há 750 mil pessoas, de 0 a 30 anos, sem o nome do pai no registro, de acordo com dados do governo estadual. (CARRASCO, 2018)

A relação de afetividade entre pais e filhos tende a ser permeada por uma construção agressiva e autoritária de masculinidade. Além disso, a figura do pai, quando ausente, pode gerar angústia, dor, tristeza e mágoas. O que nossa sociedade fez para gerar homens que não sabem amar? De acordo com bell hooks (2018),

os escritos feministas não nos contaram sobre a profunda miséria interna dos homens. Não nos contaram sobre o tremendo terror que atormenta a alma de alguém que não pode amar. As mulheres que invejavam homens e sua dureza

emocional e sentimental não falaram sobre a profundidade do sofrimento masculino. (HOOKS, 2018, p. 2)

Nessas relações entre os diferentes gêneros, principalmente no âmbito familiar, a expressão “ser o homem da casa”, por exemplo, precisa de fato englobar um sentido integral, a partir da ideia de que o homem tenha responsabilidade doméstica pela casa também, o que inclui não só o cuidado de limpeza e zelo, mas a participação na educação dos filhos. A possibilidade de a mulher entrar no mercado de trabalho é um ponto fundamental para entendermos os novos arranjos familiares, nos quais muitas vezes os papéis tradicionalmente construídos estão sendo repensados. Isso exige uma construção coletiva de reflexão sobre os afetos entre os gêneros feminino e masculino, pois “torna-se fundamental desestabilizar posições situacionais de gênero como referentes fixos, opostos” (CONRADO; RIBEIRO, 2017, p. 91). Um homem que cuida dos filhos, da casa e da comida não necessariamente torna-se “menos homem” por isso. Contudo, assumir essa alternativa passa por um processo de falas e escutas que não pode se tornar uma disputa entre os sexos, mas sim uma possibilidade para abertura a mudanças. Nesse sentido, bell hooks (2018) afirma que, entre essas mudanças, espera-se que os homens se comprometam a abandonar o machismo e reconstruir suas masculinidades e que as mulheres possam teorizar mais sobre as falhas na prática do amor masculino, as dormências emocionais causadas pelo sistema patriarcal e o desejo do amor paterno, uma vez que o estoicismo emocional ensinado aos homens tende a valorizar a raiva como único sentimento possível, promovendo a ocultação de dores e angústias profundas.

Como mencionamos anteriormente, os homens negros, particularmente, tiveram suas masculinidades construídas a partir de ideais patriarcais colonialistas. Na constituição de famílias, ser um pai negro dentro de uma sociedade em que existe um forte racismo estrutural implica na sua condição de existência, no lugar que ocupa e na forma como é percebido:

Ao longo da história, podemos observar que a noção de família foi marcada por noções de raça, gênero, sexualidade, classe e idade que se assentou no modelo dito tradicional para assegurar, dentre várias questões, a transmissão de um patrimônio. (PEREIRA; SANTOS; SILVA, 2019, p. 81)

Pensando nas questões discutidas até aqui, associadas ao contexto de uma literatura infantil afro-brasileira que pretenda oferecer aspectos cognitivos e

emocionais positivos, é urgente identificar onde e como o personagem masculino negro tem aparecido. Se queremos que os pais cuidem de seus filhos, precisamos repensar a construção de masculinidades que têm sido desenvolvidas até o presente momento e, sobretudo, a partir de uma perspectiva que trate de questões como família e ancestralidade, entender como a figura do homem negro como pai se apresenta na literatura. Por isso, na próxima seção, abordamos especificamente o livro *O menino Nito*, no qual estão presentes três dimensões importantes abordadas neste artigo: masculinidade negra, paternidade e afetividade.

“Então, homem chora ou não?” *O menino Nito*, de Sonia Rosa

“É difícil para um menino brasileiro, sem consideração da sociedade, crescer um homem inteiro, muito mais do que metade.”
Emicida

Uma criança que tenha acesso a leitura pode ainda na infância obter diversos benefícios na construção de sua autoestima e de sua autoimagem, além de aumentar seu repertório cultural e sua percepção de mundo. Essa leitura, seja textual ou por meio de imagens, contribui para a formação cognitiva nos primeiros anos da infância e estimula a criatividade, a linguagem, a memória e a imaginação, além de facilitar a criação de laços afetivos com os pais, que são parte importante desse processo de incentivo à leitura. Porém, alguns fatores socioculturais podem implicar na formação desse pequeno leitor, tais como a renda, a estrutura familiar ou a etnia. Crescer sem desenvolver as capacidades básicas que a leitura pode oferecer dificulta o processo de ensino-aprendizagem, mas não só isso, pois o bloqueio dos afetos também diz muito sobre o que o pouco consumo de literatura gera e, assim, por exemplo, as crianças crescem e se podem se tornar pessoas sem referência afetiva. Com relação aos homens negros, há alguns agravantes como o reduzido amparo do Estado, que contribui para que aos poucos surja uma ausência de sentido na vida, conforme nos aponta Emicida na epígrafe que abre esta seção.

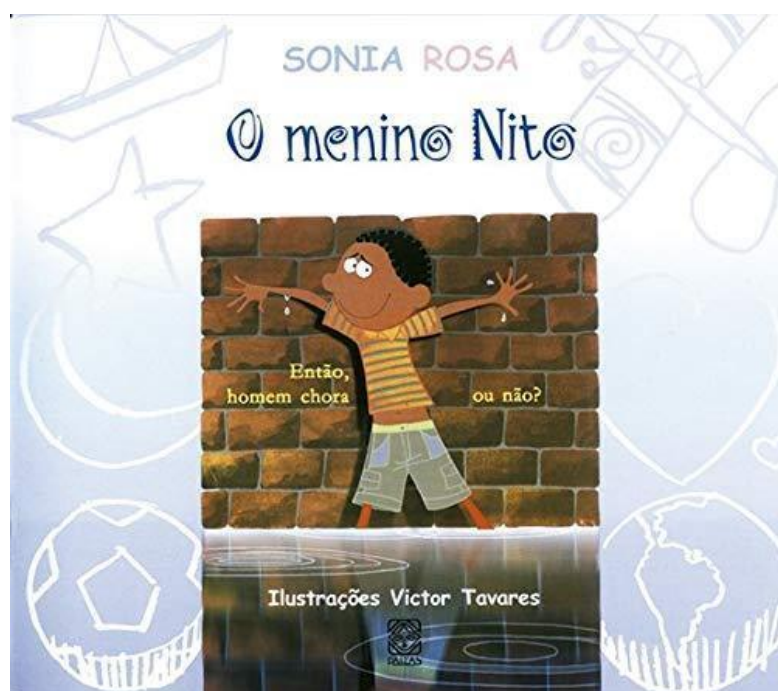
Dessa forma, faz-se necessário que consideremos a literatura infantil como um mecanismo que possa colaborar para a construção afetiva do sujeito masculino negro que exerce na família os diferentes papéis de companheiro, filho, pai ou avô. Despertar para esse processo através de livros como *O menino Nito* pode ser um

primeiro passo, já que um caminho indicado por Sonia Rosa (2002) na obra em questão é discutir temáticas como o choro no universo masculino.

Sonia Rosa é uma escritora, negra, nascida no Rio de Janeiro em 1959. Com uma trajetória de lutas, cresceu em uma família humilde em uma favela localizada na Gávea, bairro da zona sul do Rio de Janeiro. Através da educação pública, formou-se como professora normalista no Instituto de Educação Carmela Dutra, como pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, recentemente, adquiriu o título de Mestra em Relações Étnico-Raciais pelo Cefet/RJ. No decorrer dos anos, passou a atuar no magistério público como professora e orientadora educacional. A autora em questão tem mais de 40 livros infantis publicados, em sua maioria de temática afro-brasileira, e *O menino Nito*, lançado originalmente em 1995 pela editora Memórias Futuras e republicado pela editora Pallas em 2002, é seu primeiro livro publicado e considerado até hoje uma das obras de literatura infantil afro-brasileira mais relevantes e inovadoras da autora. A edição utilizada para a análise neste artigo é a de 2002, que contém ilustrações feitas por Victor Tavares.

Em um primeiro contato com o livro, já percebemos por meio de sua capa que a história apresenta um menino negro como personagem principal, além de haver alguns sinais ilustrativos que sugerem possíveis temáticas que serão tratadas na obra:

Imagem 1: Capa do livro *O menino Nito* (2002)



Aparentemente, Nito está segurando uma parede, como se estivesse tapando buracos de algum vazamento. Além disso, há a presença da frase “Então, homem chora ou não?”, o que nos leva ao pensamento de que o vazamento de água que cobre as pernas do menino pode ser de choro preso. Isso nos remete à já mencionada “dureza emocional e sentimental” imposta aos homens na sociedade, conforme ressalta bell hooks (2018).

Ao abrirmos o livro, na primeira página entendemos que Nito é uma variação do nome do menino, que se chama Bonito. Sendo assim, esse adjetivo relativo ao personagem principal se refere a um atributo estético positivo. A ilustração de Victor Tavares nos insere, logo no início, no ambiente da casa de uma família negra, onde o foco está no nascimento de um menino e a família está toda reunida contemplando a sua beleza:

Quando Nito nasceu foi uma alegria só. Todo mundo ficou contente. De tão gracinha que era, logo, logo, começou a ser chamado de Bonito. Bonito pra cá. Bonito pra lá, até ficar apenas Nito. Todo mundo achava lindo! (ROSA, 2002, p. 3)

Na sequência, o narrador de terceira pessoa relata que Nito possuía um “probleminha”: era um menino “que chorava por tudo” (ROSA, 2002, p. 4). Por esse motivo, enquanto seu pai, sempre incomodado com o choro do menino, diz “que menino chorão” (ROSA, 2002, p. 4), sua mãe pede constantemente ao filho que parasse de chorar. As passagens citadas reforçam o fato de que o choro é algo reprimido desde a infância, principalmente no caso de um menino. Essa é uma prerrogativa comum dentro das famílias brasileiras. Provavelmente você, leitor/a deste artigo, já foi instruído/a a engolir o choro ou parar de chorar, ou mandou alguma criança parar de chorar ou ao menos já presenciou essa cena em algum momento.

No caso do menino Nito, seus pais o repreendem e especificamente seu pai lhe dá um dos conselhos mais ouvidos por meninos que crescem inseridos em um contexto machista: “Acabou o chororô!” / “Homem não chora!”/ “Você é macho!” (ROSA, 2002, p. 5). Esse tipo de barreira criada nos homens com relação aos seus sentimentos começa desde a infância e é algo que afeta meninos de diversas classes sociais independentemente de sua etnia. Esse tipo de repressão é herdado do patriarcado branco, como salienta bell hooks:

O patriarcado ensina uma forma de estoicismo emocional aos homens que diz que eles são mais viris se eles não sentirem, mas que, se por acaso eles sentirem e os sentimentos machucarem, a resposta mais máscula é empurrá-los goela abaixo, esquecê-los, esperar que vão embora. (HOOKS, 2018, p. 3)

O fato de uma criança negra ser o personagem principal de *O menino Nito* nos faz pensar que, se o choro já seria uma temática difícil de ser abordada no campo literário em relação ao gênero masculino, o choro de um menino negro se configura como algo completamente novo, pois a dor e o sofrimento de meninos e meninas negras e de suas famílias são completamente ignorados ainda hoje pelo Estado brasileiro (como exemplo, o choro das famílias de Ágatha³, de 8 anos, e João Pedro⁴, de 14 anos, vítimas da violência policial no Rio de Janeiro). Quando Sonia Rosa lança luz em seu texto sobre o choro de um garoto, ela fura todo o bloqueio normativo de uma masculinidade estratificada. Ao longo da narrativa, o ilustrador faz uma analogia do choro preso a uma espécie de muro que vai sendo construído pelo menino: o choro preso seria, então, a resolução para Nito conseguir se adaptar à realidade de se tornar um “rapazinho”.

Contudo, a obra vai ganhando um outro contorno da metade para o fim quando Nito começa a adoecer e não consegue mais sair da cama. Seus pais, preocupados, recorrem ao doutor Aymoré, um velho ancião que cuida de “plantas e crianças” (ROSA, 2002, p. 10), que identifica o problema de Nito: “ele precisa desachorar” (ROSA, 2002, p. 10). A presença da ancestralidade aqui é evidente e muito comum no cotidiano das famílias negras e indígenas (Aymoré é um nome indígena) que, por vezes, diante de uma doença, apoiam-se na medicina natural e na sabedoria dos antigos, pois os mesmos têm uma relação com a terra que nós ainda não temos ou estamos perdendo no atual antropoceno (KRENAK, 2019). A importância dada à questão da ancestralidade na obra em análise reforça o que Eduardo de Assis Duarte chama de “ponto de vista” no contexto da literatura afro-brasileira: “É necessária ainda a assunção de uma perspectiva identificada à história, à cultura, logo à toda problemática inerente à vida e às condições de existência desse importante segmento da população” (DUARTE, 2010, p. 127).

³ A menina Ágatha Vitória foi morta quando voltava para casa com a mãe. Para saber mais acesse: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.html>.

⁴ O menino João Pedro foi morto durante uma operação policial. Para saber mais acesse: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/menino-de-14-anos-e-baleado-durante-operacao-no-complexo-do-salgueiro-rj.html>.

Voltando a *O menino Nito*, o doutor Aymoré revela não só a cura para o mal do garoto, mas também um outro tipo de construção de masculinidade, que subverte a ideia de que o homem não pode chorar ou deve “segurar” o choro:

Nito: “ Eu posso? Mas eu não sou homem?”

Aymoré: “Exatamente porque você é homem é que não pode engolir os choros. Todo homem tem lágrimas e as lágrimas são para rolar pelo rosto. Qualquer rosto: de homem, mulher, criança e gente de idade. Agora vamos parar de papo furado e comece logo a chorar!” (ROSA, 2002, p.11)

Assim, há uma mudança de perspectiva dentro da narrativa quando Nito percebe que chorar faz parte da construção da masculinidade, ou seja, não era, segundo o doutor Aymoré, uma fragilidade a ser escondida ou interiorizada. O próprio pai de Nito também começa a chorar e logo muda sua conduta paternal:

Pai de Nito: “Filho, você deve chorar sempre que quiser, mas não chore sem razão. Acho que agora aprendemos a lição: Chorar é bom. Às vezes deixa a gente mais homem.”

Os dois se abraçaram forte. Ficaram assim um tempão... Um sentindo a batida coração do outro... (ROSA, 2002, p.14)

Nesse trecho, observamos que os dois personagens passaram a entender o valor de expressarem seus sentimentos através do choro, o que conduziu para uma aproximação entre pai e filho.

No livro analisado, são questionadas as concepções de masculinidade reproduzidas por um sistema de poder colonialista, patriarcal e machista. Na relação de Nito com seu pai, percebemos que as noções de agressividade e violência geralmente dirigidas a homens negros acabam sofrendo uma ruptura na medida em que são substituídas por imagens de masculinidade que envolvem atenção, carinho e afeto. Desse modo, a narrativa de Sonia Rosa contribui para que o pequeno leitor tenha contato, desde cedo, com um universo contra-hegemônico no qual os personagens masculinos negros evidenciam seus sentimentos e emoções e demonstram um relacionamento carregado do amor de um pai com relação a seu filho. A partir de suas negritudes, construídas no espaço da literatura, eles apontam para uma possibilidade alternativa de (re)existir frente a um padrão masculinidade não afetiva e que conduz em muitos casos, ao abandono parental ainda predominantes na sociedade brasileira.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos abordar a construção de uma noção de masculinidade alternativa àquela produzida por um sistema de poder colonialista e patriarcal, destacando uma relação afetiva entre pai e filho por meio do livro infantil afro-brasileiro *O menino Nito*, de Sonia Rosa. Dessa forma, buscamos primeiramente entender como funciona o universo da literatura infantil e suas especificidades, tais como a importância da ilustração, preponderante para a interpretação de uma narrativa. Além disso, foi necessário discorrer brevemente sobre o campo da literatura afro-brasileira ou negro-brasileira, na medida em que a obra que selecionamos para analisar faz parte da vertente em questão. Tal discussão foi relevante para nos mostrar que a literatura infantil afro-brasileira (DEBUS, 2017) tem no artifício da ilustração um elemento fecundo para driblar os bloqueios discriminatórios com relação a personagens negros como protagonistas, como é o caso do menino Nito.

Com efeito, apresentamos alguns argumentos que vêm projetando o debate sobre masculinidade na sociedade, principalmente considerando o recorte da paternidade, pois são muitos os pais que abandonam os seus filhos ou, quando estão presentes no seio familiar, agem com agressividade e autoritarismo. Pensando nisso, a escolha de *O menino nito* para este artigo está vinculada a uma ruptura desse paradigma, tendo em vista o caráter afetivo presente na relação que se desenvolve entre os três personagens masculinos da narrativa: Nito, seu pai e o velho Aymoré.

Portanto, acreditamos que a literatura infantil afro-brasileira é um poderoso agente de combate ao racismo e de construção de imagens positivas em relação aos sujeitos negros. Além disso, ela fornece subterfúgios que instrumentalizam a aplicação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que busca incentivar práticas antirracistas e contribuir para uma valorização da infância do pequeno leitor negro, ainda pouco contemplado na literatura brasileira em geral. Assim, *O menino Nito* reforça esse compromisso por ser um livro que ajuda a desenvolver novos olhares e ações para a elaboração de uma masculinidade alternativa e uma paternidade mais responsável, cuidadosa e, sobretudo, afetiva.

Referências

BARREIROS, Ruth Ceccon. Leitura e formação identitária na literatura infantil afrobrasileira. In: II Seminário Nacional em Estudos da Linguagem, Diversidade,

Ensino e Linguagem, 2010, Cascavel. Anais [...], Cascavel: UNIOESTE, 2010.
Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/estacaoliteraria/article/view/25625>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 07 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 04 ago. 2020.

COELHO, Henrique; JÚNIOR, Eudes; PEIXOTO, Guilherme. Menino de 14 anos morre durante operação das polícias Federal e Civil no Complexo do Salgueiro, RJ. G1. Rio de Janeiro. 19 de mai. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/menino-de-14-anos-e-baleado-durante-operacao-no-complexo-do-salgueiro-rj.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARRASCO, Daniela. Vivemos uma epidemia social de abandono paterno. *UOL Universa*. São Paulo. 10 de abril de 2018. Disponível em:
<http://encurtador.com.br/jvDMO>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem negro, negro homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Estudos Feministas*, v. 25, p. 73-97, 2017.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. *Literatura infantil: teoria e prática*. 18. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CUTI. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. Um mapa de ausências. In: DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. p. 147-196.

DEBUS, Eliane. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

DUARTE, E. A. Por um conceito de literatura afro-brasileira. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, v. XIV, 23, p. 1-20, 2010.

ENTENDA como foi a morte da menina Ágatha no Complexo do Alemão, segundo a família e a PM. *G1 Rio*. Rio de Janeiro. 23 de set. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.html>. Acesso em 5 ago. 2020.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

FAUSTINO, Deivison Mendes. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, Eva Alterman (org.). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 75-104.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. *Educação e Pesquisa* (USP), São Paulo, v. 31, n. 1, p. 122-143, 2005.

GUSMÃO-GARCIA, Sílvia Craveiro; FACINCANI, Eliane Fernandes. Literatura infantil e escola: algumas considerações. In: XVI COLE - Congresso de Leitura do Brasil, 2007, Campinas. Anais [...], Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2007. v. 1. p. 1-17. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem08pdf/sm08ss02_06.pdf. Acesso em: 8 de jun. 2020.

HOOKS, bell. A vontade de mudar: homens, masculinidade e amor. Tradução Ayodele e Ezequias Jagge. Rio de Janeiro: Coletivo Nuvem Negra, 2018. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/nxs815n>. Acesso em: 11 de jun. 2020.

hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAJOLO, Marisa. Circulação e consumo do livro infantil brasileiro: Um percurso marcado. Campinas, *Remate de Males*, v. 3, n. 1, p. 57-78, 1984.

LAJOLO, Marisa. *Literatura: leitores e leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. São Paulo: Atica, 2011.

LOBO, Luiza. *Crítica sem juízo*. 2 ed. revista. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NENÉO; REZENDE, Paulinho. Meu Ébano. In: NAZARETH, Alcione Dias. Uma nova paixão. 2005. Rio de Janeiro: Indie Records. CD. Faixa 8.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. São Paulo, *Tempo social*, v.19, n.1, p. 287-308, 2007.

PEREIRA, Artur Oriel; SANTOS, Hasani Elioteiro dos; SILVA, Alexandre da. Paternidade e masculinidades negras circunscritas: exercícios de autorreflexão emancipatórios. Salvador, *Cadernos de gênero e diversidade*, v. 5, n. 1, p. 79-102, 2019.

ROSA, Sonia. *O menino Nito*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. Produção e vendas do setor editorial brasileiro. 2018. Disponível em: https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2019/04/Apresentacao_pesquisa_ano_base_2018_imprensa.pdf
Acesso em: 12 jun. 2020.

TRINDADE, Solano. *Cantares ao meu povo*. São Paulo: Fulgor, 1961.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Global, 1985.

Recebido em: 13/06/2020
Aprovado em: 28/07/2020